

Ata da 31ª Reunião do Conselho Municipal de Política Cultural

Aos 25 dias de setembro de 2018, às 17h, no Teatro Gregório de Mattos, equipamento administrado pela Fundação Gregório de Mattos (FGM), realizou-se a trigésima primeira reunião do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), cuja pauta continha os seguintes itens: 1) Informes: Resultado da audiência pública que ocorreu no dia 20 de setembro; Resultado da habilitação do Edital Capoeira Viva Salvador e início do processo de seleção; Edital Fábrica de Musicais em processo de contratação do projeto selecionado; Divulgação das oficinas do SEBRAE; Estacionamento no Espaço Cultural da Barroquinha; Resultado das oficinas de formulação de Diretrizes e Objetivos para o PMC; 2) Regimento do CMPC (cláusulas referentes à substituição de conselheiro que não justifica ausência e necessidade de confirmação da presença ou ausência via e-mail); 3) Apresentação da agenda de outubro com a Consultoria para a elaboração do Plano Municipal de Cultura (PMC); 4) Palestra formativa para os Conselheiros sobre as políticas da Prefeitura com Walter Pinto Junior (conselheiro representante da SEMGE); 5) O que ocorrer. Os Conselheiros Titulares presentes foram Angelice Batista dos Santos (Patrimônio Material e Imaterial); Beatriz Loureiro Cerqueira (FMLF); Eduardo Nascimento Matos (Circo); Eliaide Matos Cardoso (Cabula / Tancredo Neves); Elias Pereira dos Santos (Culturas Identitárias e Inclusivas); Etenoel Santos da Cruz (Cultura Popular); Jadson Santos do Nascimento (Cajazeiras); José Carlos Assunção Novaes (Literatura); Leonardo Vicente Pereira (SEFAZ); Marcos Luís Silva Argolo (Música) e Paulo Hermida Gonzalez (Casa Civil). Os Conselheiros Suplentes que compareceram foram Ivam da Silva Almeida (Subúrbio/Ilhas); Cristina Maria Alves de Jesus (Itapuã / Ipitanga); Gustavo dos Santos de Assis (Valéria); Cristian Cardoso de Souza (SECULT); Walter de Oliveira Pinto (SEMGE); Rita de Cássia Sales dos Santos (SMED) e Silvia Maria Russo (FGM) na condição de titulares; e Djalma Pereira da Silva (Patrimônio Material e Imaterial). Os servidores da FGM que compareceram à reunião foram Viviane Ramos, Plutarco Drummond e Rebeca Caldas. O Presidente iniciou a reunião e disse que o pleno ainda não havia alcançado o quórum mínimo para fazer deliberações, mas que a pauta não tinha pontos deliberativos, portanto iria começar dando os informes. Informou aos Conselheiros que não puderam participar da Audiência Pública realizada no dia 20 de setembro na Câmara Municipal sobre a elaboração do Plano Municipal de Cultura (PMC) que estava disponível no site da Câmara Municipal e na fan page e blog do CMPC o link da transmissão ao vivo do evento, portanto poderiam ver as demandas e questionamentos da sociedade civil e considerou que a audiência foi muito instrutiva e bacana. O Assessor Técnico de Gestão Estratégica da FGM, Plutarco Drummond, informou que foi concluída a habilitação do edital Prêmio Capoeira Viva Salvador – Ano II, sendo que foram habilitados trinta e oito projetos e na semana seguinte o certame entraria em fase de avaliação e informou ao Conselheiro Marcos Argolo, representante do

CMPC para acompanhar o trabalho da comissão de avaliação seleção dos projetos inscritos no edital, que ele receberia o cronograma das atividades até o final de semana, visto que na semana seguinte começariam as reuniões de avaliação e seleção. O técnico da FGM disse ainda que nove projetos haviam sido inabilitados, sendo que alguns entraram com recurso e a FGM estava dentro do prazo para responder. Explicou que seriam selecionadas nove propostas dentro dos trinta e oito habilitados. Em seguida, Plutarco Drummond falou que o projeto selecionado no edital Fábrica de Musicais estava em processo de contratação e o início da sua execução estava previsto para a primeira semana de outubro. O Presidente acrescentou que o diretor do projeto selecionado, João Falcão, era bem renomado e Plutarco Drummond disse que a carreira dele tem projeção nacional e até internacional, portanto o projeto selecionado certamente iria movimentar o mercado cultural. Paulo Hermida sugeriu que o projeto que estava em processo de contratação fosse apresentado ao Conselho de forma rápida, sucinta, talvez pelo responsável pelo projeto ou por um técnico da FGM, para que os Conselheiros possam conhecer particularmente esse tipo de projetos que são estruturantes, como o do edital Fábrica de Musicais e do Salvador Filmes. Plutarco Drummond disse que o assunto pode ser pautado na reunião da Coordenação Colegiada, para que se possa fazer um convite ao proponente do projeto, o Coletivo Quatro, para fazer uma apresentação ao CMPC. Eliaide Cardoso disse que acompanhou o processo de avaliação e seleção do edital Fábrica de Musicais e as dúvidas foram esclarecidas pela comissão. Depois, o presidente informou que as oficinas de Formação e Formalização de Agentes Culturais promovidas pelo SEBRAE já estavam acontecendo e disse que Daniele Canedo sugeriu que a FGM e o CMPC aproveitassem as oficinas para fazer divulgação dentro dos diversos territórios sobre como está o processo de construção do plano. Ressaltou que Salvador é uma cidade muito plural e muito grande, sendo que às vezes não se consegue atingir todas as pessoas, então se a divulgação for feita nesses locais estratégicos em que serão realizadas as oficinas, a exemplo das Prefeituras-Bairros, sobre a construção do Plano, que será aberta para que a sociedade opine, será muito importante. A Assessora de Gestão Estratégica da FGM, Viviane Ramos, informou que as oficinas já começaram e estão divididas em duas etapas, no primeiro dia um consultor do SEBRAE fala sobre formalização para os agentes culturais que querem ser tornar Microempreendedores Individuais (MEI) e no dia seguinte há a participação de um especialista em elaboração de projetos, que faz uma oficina de quatro horas com esses agentes. Informou que seriam realizadas oficinas nos três meses seguintes, outubro, novembro e dezembro. Disse que havia levado alguns panfletos para serem distribuídos aos Conselheiros com todas as informações e destacou que era importante que os Conselheiros divulgassem, participassem e mobilizassem os agentes de cada território, dizendo que as oficinas acontecem em diferentes lugares, justamente para descentralizar e possibilitar que mais pessoas acompanhem, e reiterou que contava com o apoio dos Conselheiros na mobilização com os agentes de cada local. Paulo Hermida sugeriu que o PMC contemplasse uma vertente de formação de agentes culturais, com vistas a ter um esforço permanente do ponto de vista da execução da política cultural. Plutarco Drummond respondeu que essa era uma

das principais diretrizes que foram construídas pela Comissão, sendo que elas seriam conhecidas naquela reunião em poucos minutos. O Presidente abordou o estacionamento do Espaço Cultural da Barroquinha (ECB), e registrou que haviam acontecido naquele dia alguns problemas e disse não ter entendido o porquê das coisas, mas declarou que era necessário entender que o diálogo sempre é o melhor caminho para tudo e ressaltou que estava se vivendo um momento muito estressante, de confusão social, do processo político e às vezes as pessoas levam isso para o dia a dia, descarregando em algum momento com alguma fala de forma agressiva sobre alguém que não tem nada a ver, e se conduz as coisas de uma forma meio tempestuosa. Declarou que era preciso parar um pouco, pensar e saber lidar com a situação, separar as coisas. Pontuou que a equipe da FGM estava lidando com o problema de forma muito equilibrada e resolvendo todos os problemas e impasses. Lembrou que no grupo do Whatsapp era possível ter o contato com funcionários da FGM com os quais podiam conversar diretamente com cada um deles e não era necessário levar o assunto para o grupo porque gerava mais conversa e mais problemas. Orientou que ligassem para os funcionários e pediu que tratassem as coisas do Conselho de forma mais tranquila, ressaltando que não estavam ali para guerrear, mas para construir. Marcos Argolo disse que todas as vezes que foi à reunião e tentou estacionar no ECB ouviu uma desculpa diferente e supôs que o funcionário da segurança não estava sendo bem informado e a postura dele é sempre que vai “tirar o corpo”. Reforçou que aquela não era a primeira, segunda ou terceira vez e disse que a pessoa que argumenta que não vai às reuniões por não ter estacionamento era “balela”. Lembrou que acompanhava o trabalho da comissão de avaliação e seleção dos projetos do Edital Prêmio Capoeira Viva Salvador e se em outro dia houvesse reunião do CMPC, deveria ir para as duas reuniões, visto que faltar à reunião ordinária é um desrespeito aos que comparecem. Disse que a FGM não dá o combustível para que ele vá às reuniões e que ele vai com seus próprios esforços e defendeu que as coisas devem ser mais justificadas em relação aos estacionamentos. Afirmou que toda vez que chega para a reunião não tem vaga e que não tem autorização para entrar, além de não ter nada que o identifique. Viviane Ramos respondeu que há uma rotatividade dos guardas municipais, por isso foi encaminhada uma Comunicação Interna para o gestor do ECB informando as datas das reuniões e solicitando que, ao Conselheiro se apresentar, caso tenha disponibilidade de vagas, que ele possa estacionar, mas o pátio do ECB não é um estacionamento oficial e não tem nenhuma preparação do chão, mas é onde os funcionários da FGM estacionam, sendo que infelizmente estão sujeitos à disponibilidade de vaga. Pediu mais uma vez compreensão e que a comunicação fosse estreitada para que não houvesse estresse desnecessário com os guardas, funcionários da FGM ou com os Conselheiros, e pediu que caso houvesse algum problema que ligassem para a FGM. Assegurou que a equipe do ECB também estava atenta, mas infelizmente cada dia tinha um guarda diferente, então era possível que ainda por um tempo fosse necessário fazer um alinhamento nos dias das reuniões. Plutarco Drummond informou que a reunião já tinha quórum. Paulo Hermida comentou que a Prefeitura havia publicado o Regimento Interno do CMPC, sugeriu que o documento fosse enviado para todos os Conselheiros para que

todos tivessem conhecimento. Sugeriu que o funcionamento das reuniões e do CMPC fosse pautado pelo Regimento Interno. Viviane Ramos levou algumas unidades do Regimento Interno impresso e o Presidente disse que o assunto estava na pauta da reunião e que seria discutido, mas que os Conselheiros poderiam ler o documento ou baixar no site do Diário Oficial do Município (DOM). Em seguida, o Presidente disse que a Coordenação Colegiada decidiu que ele iria tratar do Resultado das oficinas de formulação de Diretrizes e Objetivos para o PMC porque ele estava Presidente e fazia parte da Comissão de Articulação para a Elaboração do PMC, sendo que estavam passando por uma série de eventos dentro do processo de construção do Plano. Destacou que a Comissão foi formada para a elaboração do Plano, mas todo processo é aberto a todos os Conselheiros. Em seguida, fez uma apresentação com o esboço das atividades realizadas nas Etapas II e III de construção do PMC, que são a Projeção e Operacionalização do Futuro Desejado. Explicou que no mês de setembro foi executada a Etapa II, em que foram realizadas a Oficina para Elaboração de Diretrizes, Objetivos e Metas (11, 12, 19 e 26/9); Palestra e Reunião com o Prof. José Oliveira Junior: Elaboração, Execução e Gestão Orçamentária do PMC (19 e 21/9) e Audiência Pública na Câmara Municipal sobre Elaboração do PMC (20/9). Reconheceu que sabia que todo mundo ali tinha suas atividades, sua vida paralela, mas destacou que desde que a consultora Kátia Costa e sua equipe foram às reuniões do CMPC, apresentaram a agenda e as pessoas da Comissão que se comprometeram sabiam dessas dificuldades de horário e de às vezes ter que se comprometer e faltar alguma atividade particular, visto que se as pessoas se disponibilizaram era porque elas queriam trazer a sua contribuição e sabiam que iriam enfrentar essas dificuldades. Ressaltou que a reunião ordinária do CMPC também é uma parte da construção do PMC porque é necessário saber o que está acontecendo para poder levar isso além do Conselho. Considerou a palestra e reunião com o Prof. José Oliveira Junior como uma joia para quem quisesse discutir e entender o Plano, visto que o especialista levou uma vivência de Minas Gerais, estimulando aos participantes uma reflexão, e declarou que teve vontade de falar ao professor que deveriam voltar ao início da construção do PMC depois dos conhecimentos que foram compartilhados. Argumentou que os Conselheiros que assumiram aquele lugar sabiam que isso iria acontecer, mas poderiam “dar um drible” e dedicar duas horas à reunião, e lembrou que os Conselheiros representantes da Sociedade Civil muitas vezes não entendem como funciona a questão da gestão pública, sendo que esta também abarca a Sociedade Civil e defendeu que é necessário parar de separar quem é representante da Sociedade Civil e quem é representante do Poder Público, pois todos são Conselheiros, independente de onde vieram, visto que vivem em sociedade. Salientou que o Prof. José Oliva já trabalhava com um plano em execução, sendo que em Salvador o Plano ainda está sendo construído, e ele era um especialista em Gestão Pública. Informou que o professor havia deixado um legado, pois disponibilizou a apresentação que fez no dia 21 de setembro e pediu às consultoras que disponibilizassem o material para todos os Conselheiros. Citou que estavam presentes na palestra do especialista os Conselheiros Ivam Almeida, José Carlos Novaes, Elias Pereira, Cristina Alves, Eliaide Cardoso e outras pessoas. Disse que a impressão que ficou na palestra

foi que as pessoas da sociedade não sabiam o que estava acontecendo e que elas precisam conhecer o CMPC e os Conselheiros. Pediu aos representantes de segmentos e territórios que contatassem as pessoas da área que representam informando-lhes sobre a realização das reuniões ordinárias e convidando-as a participar do processo. Defendeu que os Conselheiros tinham o dever de levar às pessoas o que estava acontecendo em relação à construção do PMC e relatou que foi consentimento geral na oficina que a sociedade precisa conhecer o CMPC. Ressaltou também a importância de se compartilhar com as pessoas informações sobre o processo de construção do Plano para que não ficasse parecendo que o Poder Público estava escondendo as coisas e lembrou que a representação da Sociedade Civil era maior do que a do Poder Público no CMPC, mas ratificou que todos formavam o Conselho. Em seguida, o Presidente enumerou as iniciativas que foram realizadas no mês de setembro, que foi a realização da Oficina para elaboração de Diretrizes, Objetivos e Metas, cujo objetivo foi formular conteúdos das Etapas II e III do PMC Salvador, e teve como dinâmica o desenvolvimento de trabalho em grupos e formulação coletiva. As discussões foram subsidiadas por: documentos municipais sistematizados; quadro sumário do diagnóstico cultural; metas do Plano Nacional de Cultura; propostas da 3ª Conferência Municipal de Cultura e proposições do Diagnóstico do Desenvolvimento Cultural e do CMPC. Os conteúdos discutidos e trabalhados foram: instrumentos de institucionalização da política cultural municipal; diversificação de mecanismos de fomento e financiamento à Cultura; territorialização, descentralização e regionalização da política e da gestão cultural; mapeamento da diversidade cultural; direitos culturais, direito à cidade, democracia e cidadania cultural; Economia da Cultura e Economia Criativa; participação social e comunicação. Relatou que em nenhum momento a equipe da consultoria disse o que era para ser feito, mas foi a Comissão que construiu, leu os documentos, discutiu em conjunto e ressaltou que era por isso que seria bom que mais pessoas estivessem presentes no processo e que pudessem dar uma contribuição, o que seria muito bacana, visto que houve uma falta grande de Conselheiros, sendo que muitos dos que levantaram a mão e brigaram para integrar a Comissão não compareceram à oficina em nenhum dia. Defendeu que não adianta a equipe da FGM “descer em peso”, e afirmou que os Conselheiros teriam que fazê-lo. Acrescentou que independente da Comissão os Conselheiros podem e devem participar, pois a construção é coletiva e não de uma comissão apenas, portanto era preciso internalizar isso e estimular o pensamento de que eles participavam de um coletivo e teriam que dar as suas contribuições e se não pudessem participar, deveriam incentivar o Conselheiro Suplente a participar, mas isso não estava acontecendo. Declarou que estava sentindo muita falta de pessoas que poderiam estar contribuindo com o processo. Exemplificou o Conselheiro Walter Pinto que estava contribuindo, levando informações sobre o órgão municipal que representa, a Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE), e sua interface com a Cultura. Criticou a postura dos Conselheiros que só vão às reuniões ordinárias para escutar os informes e as pautas, mas não se envolvem no processo de construção do PMC e disse que era a hora de sair do lugarzinho sentado, entender que o processo é de todos e alertou que quando o projeto for levado para a Câmara e

for aprovado, se tiver alguém que disser que algo está errado e não está de acordo com o território que vive, o Conselheiro representante do território citado deverá ser questionado se participou das reuniões, e esclareceu que não será a Prefeitura nem a FGM os responsáveis. Citou o protagonismo da Conselheira Daniele Canedo e da consultora Luana Vilutis, que puderam dar uma formação muito grande sobre Economia da Cultura e Economia Criativa a todos que participaram da oficina. Deu um depoimento pessoal de que participa de um projeto social e esportivo nos bairros de Rio Sena e São José do Cabrito, pois foi convidado a ser supervisor do projeto, que tinha como principal ação a mobilização das pessoas a participarem das atividades. Ele disse que observou o local e percebeu que o melhor meio de comunicação para alcançar as pessoas era o carro de som. Destacou a importância de se entender a dinâmica de comunicação em todos os territórios e defendeu que entender como se pode construir isso é um papel importante porque pode levar até à FGM e aos outros órgãos públicos como eles devem divulgar melhor seus editais, como de pode mobilizar mais as pessoas a participarem das reuniões, das oficinas promovidas pelo SEBRAE, descobrir como os Conselheiros podem movimentar melhor. O Presidente reforçou que aquela era uma construção coletiva. Em seguida, apresentou os membros da Comissão de Articulação para a Elaboração do PMC, composta por Conselheiros e por técnicos da FGM. Reafirmou que houve gente no Conselho que brigou para participar da Comissão mas não compareceu e muitos sequer deixaram justificativa pela sua ausência, então pediu que dessem justificativa. Pediu desculpas por estar sendo chato e disse que aquela era uma fala de desabafo e perguntou aos Conselheiros qual o sentido de estarem lá sentados todos os meses nas reuniões, se foi apenas para dizer que compareceram. Cristian Cardoso lembrou que a condição de Conselheiros se tratava de um mandato, que era em nome de alguém, significava uma representatividade, alguém lhes conferiu a possibilidade de estar no CMPC, então querendo ou não cada um deve satisfação a esse rol de pessoas que se sentem representadas. O Presidente complementou que há pessoas que nem sabem quem são os seus representantes porque muitas vezes os Conselheiros não fazem o papel de se colocar para essa classe e informar que o Conselho é aberto e que a sociedade civil pode levar pautas à reunião. Lembrou da participação de representantes das quadrilhas juninas mirins e da reação do Conselheiro representante da SALTUR, Rodrigo Cavalcanti, que considerou aquele momento da reunião muito importante porque muitas vezes o Poder Público não tem a oportunidade de conhecer a diversidade que Salvador tem. O Presidente observou que quando a demanda vai para as reuniões, os Conselheiros passam a refletir e entender que precisam atuar sobre elas. Ponderou que muitas vezes as pessoas não sabem como chegar, sendo que esse era o papel dos Conselheiros, portanto se eles não estivessem fazendo o seu papel, não adiantaria frequentarem as reuniões mensais do Conselho e esperar que a consultora Kátia Costa e sua equipe façam o Plano e entreguem pronto ao Conselho, apenas para aprová-lo. Declarou que não era daquele jeito e que os Conselheiros deveriam levar demandas para a construção do PMC e olhar as coisas como elas realmente estão, se condizem com a necessidade, pois o Plano não é para a gestão atual, mas para dez anos e quando não se

participa das coisas não se poderá questionar, e não terão como justificar com as comunidades do território por não terem participado do processo, portanto independente de serem integrantes da Comissão ou não, eles estão Conselheiros de Cultura e precisam atuar como tal. Provocou os que não pudessem participar que pedissem para sair do Conselho porque é papel social e dever enquanto Conselheiros e pediu que aqueles que estão participando das atividades que contatassem os que não estão comparecendo e os cobrassem a participação. José Carlos Novaes perguntou se pessoas da Sociedade Civil que não integram o CMPC podem participar das atividades de construção do PMC e lembrou que representantes das bibliotecas comunitárias haviam tentado participar e foi questionado em um encontro onde estava o representante de Literatura do CMPC. Justificou que não se comprometeu em participar da Comissão devido à falta de disponibilidade. Disse que não sabia que naquele determinado momento estaria se discutindo algo ligado à área de Literatura, que é o segmento que ele representa. Pediu que, quando fosse necessária a contribuição de Conselheiros além dos que integram a Comissão, fosse feita uma convocação a todos, para que pudessem ir. Lembrou que a Comissão tinha a atribuição de participar das atividades de construção do Plano e que não necessariamente ele tinha a obrigação de estar em todas as reuniões, portanto não poderia ser cobrado porque não estava em determinada reunião. Acrescentou que quando fosse discutido algo de Literatura, que não seria importante apenas a sua participação enquanto representante do segmento, logo isso não impedia também que representantes de outros segmentos pudessem contribuir. No entanto pediu que quando fossem falar de assuntos muito importantes, sendo necessária a sua participação, que fosse dito previamente para que ele pudesse estar presente. O Presidente respondeu-o dizendo que trata o Conselheiro e todos os outros com muito respeito e lembrou que quando a consultora Kátia Costa apresentou a agenda com a programação relacionada ao PMC, ela colocou que as atividades eram abertas a todos os Conselheiros. Explicou que na audiência pública realizada na Câmara Municipal duas pessoas falaram que foram para as reuniões estratégicas para a construção do Plano querendo participar um grupo grande e os integrantes da Comissão haviam explicado que aquela não era a reunião do CMPC, mas uma reunião estratégica para a construção do PMC e que seria mais fechada, mesmo assim insistiram para ficar e ficaram, participaram e ouviram, ninguém impediu ninguém de entrar, no entanto a situação na Câmara Municipal foi levada de uma forma que acabou tendo outra fala de Fernando Guerreiro, presidente da FGM, que perguntou quem era o representante de Literatura, por não se lembrar que era o Conselheiro José Carlos Novaes e ressaltou que após o acontecido o gestor municipal já o tinha procurado e falado com ele. Lembrou que Kátia Costa havia divulgado a programação da oficina que foi realizada na Escola de Administração da UFBA, na qual todos deveriam estar presentes, mas não foram. A consultora Kátia Costa esclareceu que se tratava de dois pontos, sendo o primeiro as reuniões ordinárias do CMPC onde são apresentadas as propostas e os resultados, e o segundo a Comissão que assumiu o compromisso de estar presente no processo como um todo, no entanto ela sempre deixou claro que qualquer reunião é aberta a qualquer Conselheiro porque eles têm essa legitimidade e

também a FGM propôs a Comissão por saber que nem todo mundo poderia ficar disponível o tempo todo. Explicou ainda que são dois processos, um com o CMPC e outro com a Comissão, sendo que esta tem a responsabilidade de ler e se apropriar de um monte de informações técnicas, e observou que se chegar qualquer pessoa da Sociedade Civil ou do CMPC que queira participar desses momentos não será impedida. Mas alertou que a pessoa da Sociedade Civil que participar de um momento isolado pode sair com dois tipos de interpretação, que pode ser positiva ou ela pode sair mais confusa do que quando chegou porque não será possível parar para explicá-la sobre todo processo, no entanto não seriam impedidas jamais e lembrou que a metodologia utilizada tinha como pressuposto a participação social. Disse ainda que não estavam discutindo um plano setorial e lembrou que no dia seguinte àquela reunião seria realizada a última oficina de construção das Metas, que não seriam consolidadas naquele dia, mas depois a FGM terá que se debruçar sobre elas e em seguida o CMPC receberia o material para ser consolidado na reunião ordinária. Reforçou que não era um plano setorial, mas um plano para o desenvolvimento cultural do Município, e pediu que não esperassem que fossem discutidos os problemas de cada setor, pois para isso seria preciso que cada setor se organizasse e criasse seu plano setorial. No entanto, se representantes setoriais e territoriais estivessem interessados em conhecer, obviamente que todos os segmentos estariam contemplados. José Carlos Novaes mostrou insatisfação com o controle do tempo de fala e disse que eles estavam na reunião para discutir as coisas, e se ficassem cortando o que ele tinha que falar iria se repetir o que aconteceu na audiência pública, em que foi dito que ele não se manifestava nas reuniões do CMPC e decidiu falar na audiência. Concordou com a fala de Kátia Costa e disse que explicou para as pessoas que aquela não era uma reunião setorial sobre Literatura, mas que quando falaram que foi discutido o segmento, ele ficou sem entender por não ser uma reunião específica. Explicou que as pessoas de fora que haviam ido para a reunião da Comissão não sabiam que era específica para a Comissão. Disse ainda que como representante de Literatura não foi consultado para saber se podia participar da reunião e que informou às pessoas visitantes o calendário das reuniões ordinárias, das quais poderiam participar. O Presidente disse que havia feito a mesma coisa e que a pessoa havia entendido errado, pois ao ver o calendário das reuniões da Comissão que foi apresentado ao CMPC, ela entendeu que foi dirigido a ela também. Jadson Nascimento disse que o controle do tempo de fala estava gerando um estresse com os Conselheiros, sendo que existia uma organização na outra gestão que utilizava placas para delimitar o tempo e destacou que o Presidente também é submetido às regras, tendo o direito igual a todos, portanto as placas deveriam ser utilizadas, senão os Conselheiros não saberiam qual o seu tempo. Então, se o Presidente ficasse o tempo todo pedindo cuidado com o tempo, ficaria ele somente falando e os Conselheiros batendo palmas, assim, para não ter esse estresse, o tempo vale para todos. O Presidente disse que não sabia que falava tanto assim. Em seguida, o Presidente explicou que na oficina foi iniciado o processo de construção das Diretrizes, em seguida seriam definidos os Objetivos e consequentemente as Metas, sendo que o trabalho da Comissão foi baseado na série de documentos que foram lidos e discutidos

anteriormente, que os levaram às seguintes Diretrizes: 1) Reconhecer, valorizar e promover a diversidade cultural, geracional, sexual, de gênero e as culturas identitárias e tradicionais em todos os territórios de Salvador; 2) Ampliar o investimento público e privado em Cultura e aperfeiçoar os mecanismos de financiamento e fomento à Cultura; 3) Valorizar as festas e festividades da cidade em suas dimensões simbólica, cidadã e econômica; 4) Promover formação, profissionalização, estudos e pesquisas no campo da Cultura; 5) Fortalecer e regulamentar a institucionalidade da gestão pública da Cultura na perspectiva da transversalidade e da intersectorialidade; 6) Descentralizar territorialmente a política, a gestão e as ações culturais, com expansão da rede de espaços culturais; 7) Assegurar os direitos culturais na perspectiva da democracia e da cidadania cultural; 8) Desenvolver a economia criativa de Salvador com foco na sustentabilidade da produção da Cultura local; 9) Assegurar a preservação e a valorização do patrimônio cultural; 10) Fortalecer os mecanismos de participação social e de comunicação para o desenvolvimento cultural. O Presidente ressaltou a importância do Diagnóstico do Desenvolvimento Cultural de Salvador, que foi construído junto à Sociedade Civil em 2017, e retomou a necessidade de participação dos Conselheiros no processo, com o objetivo de dar satisfações à sociedade sobre as diretrizes que foram construídas. Pediu que todos fizessem a sua parte e todos que pudessem ir aos encontros que fossem, pois quando fizessem isso entenderiam o quanto estava sendo gratificante participar do processo. Ivam Almeida disse que queria aproveitar o momento motivacional para a participação na construção do Plano e afirmou que estavam tendo a oportunidade de construir algo que vai ser muito bom para a cidade, pois todos lutam muito pela cultura, cada um tem a sua particularidade e segmento que defende e muitas vezes se distancia, e quando chega em um momento de construir um Plano Municipal de Cultura que vai dar um norte durante dez anos à Cultura da cidade, tem-se a oportunidade e o privilégio de construir algo que é realmente importante. Disse que poderiam ser mais de dez diretrizes e que poderiam estar melhores e maiores se todos pudessem colaborar um pouco mais. Destacou que o Conselho precisa deixar um legado e perguntou qual o legado que o CMPC deixou para a cidade em uma gestão e meia e disse que não havia deixado nada, o que fizeram foi muito pouco, portanto aquele era o momento de colaborar. Reforçou o convite do Presidente e pediu aos Conselheiros que fossem às reuniões da Comissão, nem que fosse por uma ou duas horas. Em seguida, o Presidente apresentou a agenda de outubro, mas lembrou que a agenda de setembro ainda não havia terminado, pois no dia seguinte àquela reunião seria o último dia da oficina, sendo que a programação estava prevista para ser realizada na Escola de Administração da UFBA, das 10h30 até às 18h. Reforçou que mesmo aqueles que não integravam a Comissão poderiam participar pelo menos por um período de tempo e contribuir. Em seguida, Kátia Costa apresentou a agenda para os meses de outubro e novembro com os seguintes compromissos: (17/10) Envio de documento com proposta de diretrizes, objetivos e metas do PMC Salvador para apreciação do CMPC e Comissão; (17 a 24/10) Leitura do documento e envio de contribuições; (19/10) Convocação para Encontros Territoriais de Consulta Pública do PMC Salvador e início da mobilização; (30/10) Reunião do

CMPC: Validação do documento de consulta pública do PMC Salvador; (02/11 a 02/12) Consulta Pública Online; (06 a 21/11) Encontros Territoriais e (27/11) Reunião do CMPC: Avaliação dos Encontros Territoriais e da consulta online. Pediu que os Conselheiros ficassem atentos e disse que a ideia era que eles fossem multiplicadores de informação para os segmentos e setores e que ajudassem a FGM na mobilização porque a voz deles é muito importante. Paulo Hermida concordou com as colocações do Presidente e de Ivam Almeida de convocação para a participação das reuniões de todos os membros do CMPC, mas observou que para algumas pessoas é complicado ir para essas reuniões e disse que estava falando dele mesmo, que não tem disponibilidade para participar de reunião que dura das 10h30 às 18h. Destacou um ponto chave, que é a reunião marcada para o dia 30 de outubro, em que poderá haver participação efetiva do Conselho, pois será realizada a avaliação do documento de Consulta Pública do PMC. Perguntou se essa seria uma reunião ordinária ou extraordinária e sugeriu que nesse dia a pauta da reunião seja reservada exclusivamente para a discussão sobre o Plano, porque dessa forma teriam tempo para ler o documento e fazer as contribuições. Propôs que fosse feito da mesma forma na reunião do dia 27 de novembro, mas pontou que existem coisas referentes ao andamento formal do CMPC, alguns temas que não podem ser postergados. Argumentou que o ideal seria que aquelas duas reuniões fossem destinadas exclusivamente para o Plano, e o Conselho de maneira geral poderá contribuir e que sem dúvida nenhuma essa seria a grande contribuição da atual gestão do CMPC. Lembrou do Diagnóstico do Desenvolvimento Cultural de Salvador, que foi realizado na gestão anterior, existe todo um trabalho acumulado, mas sem dúvida nenhuma se o CMPC conseguir legar à cidade um Plano de boa qualidade estará dando uma grande contribuição à Cultura da cidade. Kátia Costa considerou importante dedicar as pautas de duas reuniões ao Plano, mas explicou que na reunião do dia 30 de outubro os Conselheiros não teriam acesso ao documento, mas no dia 17 de outubro, e como não se tratava de um documento pequeno, eles terão sete dias para ler o documento e fazer as contribuições que quiserem na plataforma online. Explicou que a partir do dia 24 de outubro a consultoria vai pegar o material, incorporar as sugestões dos Conselheiros, e no dia 30 de outubro vai levar o documento consolidado para apresentar e validar. Nesse dia, a consultoria e a FGM irão ficar à disposição para discutir todos os pontos que os Conselheiros quiserem expor. Explicou ainda que no dia 27 de novembro será realizada a avaliação dos Encontros Territoriais e que não teriam o documento pronto porque, como terão saído da Consulta Pública, será necessário a consultoria se debruçar sobre o documento, fazer incorporações, depois mandar para a FGM, que também vai se debruçar no documento porque tem que colocar sobre ele um olhar orçamentário, depois o documento volta para a Consultoria, que vai trabalhar e depois apresentar ao Conselho. Declarou que é muito importante que fique claro que o Plano é um documento que vai ter que se alinhar com as peças orçamentárias do Município, portanto não adianta fazer uma “viagem”, mas tem que ser colocado o que acharem que tem que ser feito, mas quem vai dizer o que pode fazer ou não é a gestão pública porque ela que tem o orçamento. Esclareceu que se forem olhar o Orçamento Municipal vão observar o orçamento que a FGM tem para desenvolver ações

na Cultura, portanto não dá para a FGM resolver todo problema da Cultura, mas vai se tentar numa relação de colaboração fazer com que o Plano resolva alguns aspectos que são fundamentais e estruturantes. Paulo Hermida respondeu que estava entendida a lógica e solicitou que eles tivessem o documento antes da reunião e que os Conselheiros façam as contribuições na plataforma como está previsto. Declarou que no dia 30 de outubro eles teriam um momento único, com a possibilidade de discutir entre as diversas linguagens e territórios utilizando contribuições que os Conselheiros irão fazer lendo o documento antecipadamente e fazendo os aportes no sistema online, portanto terão a oportunidade para avançar ainda mais no Plano, no sentido de articulá-lo, assim como no dia 27 de novembro os Conselheiros poderão avaliar as contribuições que serão feitas pelo público. Eduardo Matos chamou atenção para as datas da agenda, sendo que a Consulta Pública está prevista para ser realizada entre os dias 2 de novembro e 2 de dezembro e no dia 27 de novembro será realizada a avaliação dos Encontros Territoriais e da Consulta Online, ou seja, a avaliação será feita enquanto a consulta online ainda estará em andamento, então perguntou como poderão avaliar se a consulta ainda não estará terminada, visto que em seis dias pode acontecer muita coisa, ainda mais que as pessoas deixam sempre para o último dia para dar a sua contribuição. Em seguida, o Conselheiro justificou que desde que entrou no CMPC não faltou nenhuma reunião ordinária nem da Comissão, exceto as duas referentes à oficina devido à troca do dia e ele se passou, não se programou para ir. Ressaltou que com a agenda apresentada, todos poderão se organizar para ir, mas todos têm seus afazeres, ninguém vive só de CMPC, todo mundo escolheu estar ali, mas pode acontecer de as pessoas algum dia precisarem faltar. Lembrou o caso de Conselheiro que alegou sair do CMPC por causa do transporte, portanto existem várias questões e a vida é dinâmica. Disse que queria comparecer na oficina que seria realizada no dia seguinte e que no mesmo dia ainda viajaria para Caetité. Declarou que contribui quando pode de forma online, como fez com o diagnóstico. Kátia Costa respondeu que a reunião do dia 27 de novembro será para avaliar o processo, mesmo a consulta pública terminando no dia 2 de dezembro, pois será possível avaliar os encontros presenciais, mas isso não inviabiliza que depois, no encontro seguinte, possam avaliar mais amplamente o processo, até porque ainda teriam mais seis dias de consulta online que poderá ser avaliado se serão ou não suficientes. O Presidente observou que era uma agenda extensa e alertou para a necessidade de os Conselheiros integrantes da Comissão do Plano avisarem quando não puderem ir aos encontros e destacou que as agendas são divulgadas com antecedência. Em seguida, o Presidente informou que naquele dia havia sido publicado no Diário Oficial do Município o Regimento Interno do CMPC e declarou que dali em diante deveriam colocar em prática o que estava estabelecido no documento. Comentou que muitas vezes os Conselheiros Suplentes estão participando mais das reuniões do que os Conselheiros Titulares e apontou que existem regras sobre isso no Regimento, disse que a Coordenação Colegiada havia discutido o assunto, sendo que iria começar a cobrar o cumprimento das regras. Declarou ainda que ele iria fazer o papel de chato porque era necessário fazer com que a máquina funcione. Disse que antes os Conselheiros decidiam não ir, mas agora eles tinham

regras que eles teriam que seguir. Em seguida, leu trecho do Art.35 do Regimento Interno, que diz *Perderá o mandato o Conselheiro que: I - acumular as sanções previstas nos incisos I e II do Art. 34; II - faltar a 03 (três) sessões consecutivas do Conselho Municipal de Política Cultural ou 06 (seis) alternadas, sem justificativa ou convocação de seu Suplente, no período de 01 (um) ano; III - assumir cargo no serviço público municipal, quando este for representante da Sociedade Civil; IV - deixar a representação do órgão público pelo qual foi indicado. § 1º Definida a justa causa para perda de mandato, a Comissão de Ética comunicará o fato à Coordenação Colegiada, por ofício. § 2º O Conselheiro será comunicado pela Coordenação Colegiada, por ofício, dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa prévia à Coordenação Colegiada e ao Conselho Geral, no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da comunicação. § 3º Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será submetida ao Conselho Geral, devidamente convocado para esse fim, podendo ele deliberar por maioria simples, com quórum mínimo de 1/3 (um terço) dos Conselheiros Titulares, quando será garantido ainda o amplo direito de defesa ao Conselheiro citado a perda de mandato.* O presidente informou que a FGM mandaria o Regimento Interno por e-mail para que todos tomassem ciência e ele se comprometeu a fazer uma publicação no grupo do Whatsapp para que todos ficassem cientes do assunto. Anunciou que seria formada a Comissão de Ética do CMPC na reunião seguinte para que a engrenagem funcionasse da forma devida. Dando continuidade, o Presidente chamou o Conselheiro Walter Pinto para fazer uma apresentação e disse que o mesmo tem dado muitas contribuições à Comissão de Articulação para a Elaboração do PMC e disse que era importante que todos prestassem bastante atenção no conteúdo que ele estava levando para que pudessem pensar em diversas articulações dentro do Poder Público. Walter Pinto disse que iria apresentar um diagnóstico realizado pela Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE), a qual ele integra dentro da Diretoria de Modernização e Tecnologia da Gestão. Explicou que o diagnóstico foi solicitado por conta de um projeto fruto da ação de aproximação com o Instituto Fraunhofer, da Alemanha, quando a Prefeitura estava buscando fazer uma parceria com a cidade alemã, num intercâmbio entre projetos. Relatou que a consultora Kátia Costa esteve presente em uma das apresentações na Universidade Federal da Bahia e lhe fez o convite para compartilhar o diagnóstico com o CMPC, que mostra o cenário de Salvador no que tange à Cidade Inteligente, projetos de inovação, modernização da gestão, contemplando projetos da SEMGE, da Secretaria Municipal Cidade Sustentável e Inovação (SECIS), da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (SEDUR), iniciativas da Casa Civil e da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT) a partir da captação de recursos. Ressaltou que a ideia a partir da apresentação era instigar o Conselho a pensar a Cultura no viés de uma cidade empreendedora e de uma cidade inteligente. Provocou o pleno perguntando como podiam inserir componentes culturais nos projetos. Recordou que nas últimas oficinas voltadas à construção do Plano se falou em economia solidária, acesso à formação, instalação de wi-fi nas praças e destacou que se deve pensar sempre em componente cultural, já que a Cultura permeia, transversaliza uma

série de espaços públicos e institucionais. A apresentação baseou-se em determinantes estabelecidos pela Endeavor 2018, que publicou mais uma pesquisa que ranqueia cidades brasileiras, a partir da característica Cidade Empreendedora, que são: Ambiente Regulatório (Tempo de Processos, Custo de Impostos, Complexidade Tributária), Infraestrutura (Transporte Interurbano, Condições Urbanas), Mercado (Desenvolvimento Econômico, Clientes Potenciais), Acesso a Capital (Capital Disponível via Dívida, Acesso a capital de risco), Inovação (Inputs e Outputs), Capital Humano (Mão de Obra Básica e Mão de Obra Qualificada) e Cultura Empreendedora (Potencial para empreender com alto impacto, Imagem do Empreendedorismo). Reforçou que não tinha exclusivamente o tema da Cultura, mas era necessário perceber quais são essas interações e articulações possíveis. Citou a fala de Paulo Hermida sobre a necessidade de capacitação de agentes culturais, sendo que está colocado isso no Plano como determinante. Explicou que os determinantes propostos na apresentação funcionam como grandes eixos e a partir deles a pesquisa da Endeavor faz interação com o Poder Público, iniciativa privada e sociedade civil, percebendo como é que esses componentes se apresentam. Assim, são aplicadas uma série de pesquisas e entrevistas e as cidades são ranqueadas nesses indicadores. No determinante Ambiente Regulatório, Walter Pinto destacou como as principais ações da Prefeitura Municipal 1. A estruturação do Comitê de Inovação e Tecnologia, com foco na integração estratégica das ações e investimentos, que tem como membros a SEMGE, o Gabinete do Prefeito, a Companhia de Governança Eletrônica (COGEL) e a Secretaria Municipal da Fazenda (SEFAZ), sendo que a SECULT fazia parte na composição anterior, mas não integra mais o comitê, no entanto pode ser chamada para o diálogo quando necessário; 2. Revisão da política de Tecnologia, Informação e Comunicação (TIC); 3. A previsão de realização de trinta e cinco projetos relacionados à TIC no Planejamento Estratégico 2017/2020; 4. Gasto orçamentário previsto para ações de tecnologia no ano de 2018 de cento e vinte e seis milhões. Kátia Costa comentou sobre a retirada da SECULT do Comitê de Inovação e Tecnologia, que pode ser convidada se o comitê achar importante a presença do órgão e perguntou se essa relação pode ser inversa e como a FGM tem acesso às discussões e temas tratados no âmbito desse comitê para que ela também se estruture, faça suas relações e possa contribuir ou inserir a Cultura. Walter Pinto respondeu que o regimento desse comitê será publicado após a primeira reunião, sendo que atualmente ele tem uma minuta, e haverá convocação da reunião desse primeiro conselho na sua nova composição e a partir dali então será publicado no Diário Oficial do Município como se dará o trabalho desse comitê. Ele disse que a convocação partirá do comitê quando a pauta tangenciar a Cultura ou qualquer outra pasta, além disso, o comitê pode perceber a necessidade de trazer para a discussão outros atores institucionais, inclusive da academia, visto que está prevista a formação de câmaras técnicas específicas para tratar de assuntos mais delicados, portanto a Sociedade Civil também pode se fazer presente nesse comitê, nessa ambiência de discussão através das câmaras técnicas, mas não está previsto o assento. Paulo Hermida disse que, para os presentes se inserirem nesse contexto, o que Walter Pinto estava apresentando era uma ideia para a cidade e para a gestão de maneira

geral e comentou que eles enquanto Conselho de Cultura teriam que se preocupar com qual o seu papel nisso. Destacou que os determinantes que foram apresentados têm uma série de elementos que dizem respeito também à área da Cultura e numa pretensa Cidade Inteligente a Cultura tem um papel muito importante inclusive para jogar do ponto de vista da economia criativa uma série de alternativas que se tem aí. Defendeu que os Conselheiros deveriam olhar a apresentação de Walter Pinto se inserindo no contexto. Disse que era no Ambiente Regulatório que o CMPC estava inserido, pois ele faz parte do ambiente regulatório da área cultural. Walter Pinto concordou com Paulo Hermida e declarou que quando levou a apresentação era para expor sobretudo uma informação para os Conselheiros a partir de diversos projetos que a Prefeitura de Salvador vem tocando através de seus órgãos e entidades e a partir dessa leitura perceber conexões possíveis. Explicou que ali ele não ia falar de Cultura especificamente, mas ao longo das reuniões do CMPC e da Comissão de Articulação para a Elaboração do PMC percebeu a necessidade de dialogar com outras pastas da Prefeitura de Salvador que ora se fazem presentes também no Conselho e na Comissão, mas sobretudo perceber quais são as diversas iniciativas. Lembrou que nas oficinas para a construção do PMC falaram diversas vezes sobre economia criativa, equipamentos como o Hub Salvador, que foi instalado no Comércio, lembraram da política da SEDUR, que é o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Sustentável e Inovação (PIDI), que fomenta a implantação de equipamentos e serviços da iniciativa privada que versam sobre áreas temáticas e futuramente terá um chamamento público para Economia Criativa na área do comércio, então é essa teia que tem que criar aderência e se perceber no cenário. Cristian Cardoso comentou sobre a representatividade da SECULT e explicou que essa visão estratégica que estavam tratando de marco regulatório, ou seja, de um comitê que pense o todo, a política de tecnologia. Exemplificou o Fala Salvador, pelo número 156, que é um canal para qualquer cidadão e para a sua demanda dentro da Prefeitura, tem que estar mapeado lá e aí existem todos os serviços que a Prefeitura presta, inclusive os de Cultura, e cabe ao CMPC gerar o *output* para que essa estrutura perceba isso e o conforme dentro do processo que vá receber e tratar essa demanda. Citou ainda que no início daquela semana o Prefeito havia lançado o Pop, microcrédito que pode ser espalhado nas diversas estruturas do município e perguntou de que forma a Cultura pode se inserir dentro e acessar isso. Informou que se trata de uma fonte de financiamento direto, que pode disponibilizar de mil a dezesseis mil reais para tomar de financiamento direto para a pessoa. Então a ação contempla desde o vendedor ambulante, que tem um pequeno comércio, e perguntou por que o segmento cultural não pode ser atendido dentro desse espectro. Disse que era nesse sentido que Walter Pinto estava colocando a transversalidade para que se identificasse de que forma o CMPC pode tratar e entender o funcionamento disso tudo para se inserir e fazer as suas composições. Cristian Cardoso abordou também a territorialidade com o programa Viva o Nosso Bairro, sendo que dois projetos do edital Espaços Boca de Brasa saíram efetivamente de uma consulta direta ao território, sendo que a demanda do território foi ter um espaço cultural dentro daquela localidade. Assim, dentro da votação, através de uma plataforma de tecnologia, que é

meio, se chegou exatamente a essa demanda e os projetos do Boca de Brasa entraram no planejamento estratégico com verba garantida. Destacou o quão era importante o Conselho entender o pragmatismo de como funciona a máquina e de como os Conselheiros podem fazer os links e as composições necessárias para estar sempre inseridos na política geral da Prefeitura. Silvia Russo comentou que Cultura é o modo de viver da cidade, é pertencimento e essa era uma oportunidade de se trabalhar também a centralidade e a transversalidade da Cultura porque estão sendo desenvolvidas ferramentas de inteligência para conectar Salvador com as outras cidades, com os índices para a cidade chegar próximo, visto que se tem conteúdo para capitalizar demais a Cultura. Propôs que os Conselheiros ficassem antenados nesse processo e gerassem conteúdo. Explicou que no primeiro momento a FGM participou de um assento no Comitê de Inovação e Tecnologia através do QR Code, um projeto dos monumentos públicos onde se trabalhou com tecnologia, em que a pessoa utiliza o celular próximo aos monumentos, tendo informações em três idiomas. Disse que a FGM já vinha trabalhando com outras secretarias essa transversalidade, através de relatórios, percebendo todas as entregas e tentando essa conexão. Disse ainda que a FGM levaria a SEDUR à uma plenária do CMPC para apresentar o Salvador 360º, pois existem outras transversalidades em relação à Cultura e que vai ser importante nesse momento também do Plano mostrar que as ferramentas estão aí publicizadas e o Conselho precisa também tomar ciência, se associar e ajudar o Poder Público a cobrar esse avanço, essa integração que é tão necessária. Paulo Hermida esclareceu que o trabalho que estava sendo apresentado por Walter Pinto era um trabalho da atual gestão da Prefeitura de Salvador, mas não é um trabalho desta gestão, mas da cidade e para a cidade, ou seja, a gestão conseguir desenvolver esse processo, deixar esse legado para Salvador é um trabalho para a cidade, não é um trabalho desta ou daquela gestão. Cristina sugeriu que fosse apresentado ao Conselho uma estrutura de eventos de outras Cidades Inteligentes que têm uma estrutura mais ou menos semelhante e que têm a Cultura como o principal vetor de desenvolvimento, inclusive das tecnologias, e pediu a Walter Pinto que levasse em outra oportunidade eventos, que ela disse ter certeza que existem, assim os Conselheiros poderiam tomar posição de brigar realmente pela representação da Cultura efetivamente. O Presidente falou que por uma questão de ordem que as contribuições dos Conselheiros era importante, mas a apresentação do Conselheiro representante da SEMGE era extensa e pediu que os Conselheiros segurassem um pouco, salvo se fosse algo extremo, com o objetivo de o Conselheiro apresentar tudo o que havia levado para apresentar ao Conselho. Walter Pinto respondeu a Cristina Alves que uma vez que ele estava falando de uma pesquisa, que é *benchmarking*, todos os Conselheiros podiam identificar essas possíveis cidades que dialogam com modelos de Cidades Inteligentes que traz o componente cultural como ferramenta de transformação social. Considerou a sugestão válida e se propôs a também fazer a busca e futuramente fazer uma apresentação para o Conselho, mas também provocou o pleno a partir dos conceitos que iria discutir naquele dia que encontrassem essas cidades e modelos exitosos, as melhores práticas de implantação de modelos de Cidades Inteligentes que trazem o componente

cultural como potencial transformador. Compartilhou a tarefa com os Conselheiros. Retomou o 156, que é uma central integradora de serviços públicos e disse que há uma postura de acreditar que Salvador está a anos-luz ou muito atrás de diversas cidades. Relatou que no ano passado fizeram uma visita a São Paulo, sendo que nem todas as centrais telefônicas de serviços da Prefeitura de São Paulo já estavam integradas como as de Salvador com o 156. Citou a importância do pertencimento e de ficar lisonjeados com tudo o que a cidade tem de qualidade. Afirmou que se o Poder Municipal tem um serviço que é prestado sobretudo à população com excelência, deve-se utilizar o lugar de fala enquanto soteropolitanos ou pessoas residentes em Salvador, reiterando que a cidade tem sim serviços de excelência e que podem ser apresentados e compartilhados com outras cidades e outras capitais essas diversas iniciativas locais que são exitosas. Explicou que o 156 é uma grande central telefônica de atendimento ao cidadão, mostrou a relação dos serviços oferecidos, sendo que mantém a base da oferta de serviços do programa Fala Salvador, que é uma plataforma de acesso mobile e de desktops de demandas de serviços públicos. Declarou que a cidade mais uma vez saiu à frente, mantendo um serviço de qualidade, quer seja por telefone, quer seja por internet, de oferta de serviços, ou seja, um cidadão que em um determinado momento não pode se deslocar à Prefeitura-Bairro ou qualquer centralidade para demandar um serviço poderá fazê-lo em sua casa, através de um aplicativo ou do acesso à internet. Destacou ainda a importância das dez Prefeituras-Bairros na descentralização da administração e salientou que a descentralização na Cultura é perceber quantos equipamentos culturais estão nos diversos territórios de Salvador. Apontou que nas Prefeituras-Bairros há uma oferta de serviços na ponta, capitaneada pelos Prefeitos-Bairros que são representações do Gabinete do Prefeito para esses territórios e salientou que pensar a descentralização de políticas culturais é pensar também nessa ótica. Identificar quais e quantos são os equipamentos nos territórios, pensar se os equipamentos culturais, ações e políticas culturais estão centralizadas, se a sua grande maioria estão no miolo da cidade onde historicamente já se tem muitos equipamentos, detectar qual é o investimento real que é possível ser feito em outros territórios da cidade de Salvador, de modo que se possa descentralizar a Cultura, levá-la a todos os territórios. Em seguida, Walter Pinto apresentou o determinante Inovação e destacou o programa de seleção de startups que ele mesmo faz a gestão na SEMGE, e que é baseado em um projeto do Governo do Estado de São Paulo, chamado Pitching Salvador, que consiste na realização de uma apresentação rápida, mais conhecida como apresentação de elevador, em que em cinco minutos o empreendedor dialoga com o investidor e pode conseguir vender sua ideia e empreender o negócio. Explicou que o programa investigou trinta e sete desafios da gestão pública, sendo que a área social é a que tem prioridade, sendo contempladas ações em Educação, Saúde e Assistência Social, mas há intenção de que o projeto se desdobre para as outras áreas e comentou a possibilidade de a SECULT demandar. Falou com o Subsecretário da SECULT, Cristian Cardoso, que pode ser feito um Pitching para os desafios da gestão da SECULT e FGM. Citou que para os trinta e sete desafios, cinquenta e seis soluções foram inscritas de todo Brasil, vinte e seis projetos foram pré-selecionados e dezessete finalistas estão

na fase de testes. Declarou que a equipe de gestão ficou muito entusiasmada porque os projetos inscritos são sobretudo de Salvador e da Bahia, sendo que a expectativa era que as startups fossem de fora, mas se percebeu que há um ecossistema de inovação na cidade e no estado, mesmo que incipiente, mas pulsante e vibrante. As startups que tiverem seus projetos validados pela Prefeitura de Salvador receberão atestado de capacidade técnica e poderão ser contratadas pelo Poder Municipal, o que significa participação, ou seja, a Prefeitura está dividindo com a Sociedade Civil, através das startups, desafios seus e compartilhando também a solução. Ressaltou que é um processo colaborativo e de cooperação. Cristian Cardoso relatou que, quando o Pitching ainda estava sendo idealizado, a Prefeitura apoiou uma iniciativa isolada privada, o Ragatom do Pelourinho, que se autogeriu para propor soluções para problemas inclusive na área de Cultura e informou que três startups fizeram produtos específicos para a área de Cultura, ou seja, foi uma geração espontânea, sendo que os projetos eram voltados para os eventos, gastronomia e para os roteiros turísticos do Pelourinho. Relatou que a Prefeitura-Bairro do Centro “entrou em campo”, a Diretoria de Gestão do Centro Histórico da SECULT e os demais órgãos da Prefeitura. Declarou que o Pelourinho tem uma organização efetiva, sendo que a própria Sociedade Civil conduziu como mentora dentro do processo. Alegou que a Cultura vai estar sempre inserida na medida em que os agentes busquem, se coloquem e façam as proposições para isso. Walter Pinto disse que as startups estão ganhando porque estão se aproximando da Prefeitura, estão ganhando corpo, fazendo plug dos seus aplicativos e soluções numa base de dados consolidada da Prefeitura e pode escalar isso para outros municípios e prefeituras. Já a Prefeitura está ganhando expertise ao dialogar com o público mais jovem que tem a capacidade de pensar como solucionar problemas antigos. Afirmou que a escolha tem o sentimento de pertencimento e citou o programa Salvador Social, que é capitaneado pela Casa Civil na diretoria em que Paulo Hermida atua, que junto com o Banco Mundial por meio da captação de recursos, sendo que a escolha foi muito nessa vertente, buscando aproximação das áreas afins à social, pois buscou-se perceber como essas tecnologias e diversos aplicativos e soluções tecnológicas poderiam contribuir com a área social. Walter Pinto citou o Hub Salvador, que abriga, além das startups do Pitching Salvador, diversas startups desse ecossistema de inovação, ou seja, Salvador está realmente fazendo investimento em inovação. Paulo Hermida explicou que os principais serviços que a Prefeitura presta à população e Salvador são nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, as quais merecem uma atenção muito especial do Poder Municipal. Eliaide Cardoso alertou que não se pode pensar em saúde sem saneamento. Walter Pinto concordou com ela, mas ressaltou que as startups não têm com produto fim das suas empresas soluções de problemas macro, mas sobretudo problemas na prestação de serviços, em agilização de processos, ofertas mais ágeis para o cidadão e declarou que a Prefeitura junto com a Sociedade Civil têm que pensar em estratégias para diversos problemas da cidade, dentre eles saneamento básico e questões da saúde, mas o projeto Pitching contempla prestações de serviço e soluções tecnológicas meio. Relatou ainda que a Prefeitura está tentando fazer uma integração dos dados das diversas secretarias por meio da formação

de Big Data no projeto intitulado Salvador na Palma da Mão, e destacou a importância de perceber o cidadão como único, sendo que o mesmo que paga impostos, é tomador de serviços de saúde, tem um filho matriculado em uma escola, portanto deve ter um cadastro único. O Big Data seria então essa orquestração de dados de todas as secretarias, o que servirá para a tomada de decisões da gestão. O Conselheiro representante da SEMGE apresentou ainda o projeto Conecta Salvador, de instalação de wi-fi público e destacou que quando se fala em Cultura se fala em ocupação dos diversos espaços públicos, e a wi-fi traz acesso à comunicação e a um mundo de possibilidades, que com certeza irão dialogar com a Cultura. Informou que o projeto deve ser lançado até o final do ano. Informou que se pretende com o projeto, além de disponibilizar o acesso à internet, conhecer os cidadãos e os turistas, cria-se então uma nuvem de dados muito importante que vai transversalizar com o Big Data e também será importante para a Cultura, com a possibilidade de fornecer, por exemplo, a programação do Teatro Gregório de Mattos, do programa Boca de Brasa, do Festival da Cidade, do Festival da Primavera, entre outros. Kátia Costa considerou a apresentação de Walter Pinto muito valiosa para o Conselho e provocou os presentes a olhar a apresentação a partir dos instrumentos e mecanismos apresentados se perguntando onde e como a Cultura pode estar porque não se pode pensar sobre aquilo que não existe, pelo menos agora, tem-se que pensar naquilo que existe e pode transversalizar com a Cultura. Walter Pinto disse que o objetivo da Prefeitura é disponibilizar serviços e chegar mais facilmente ao cidadão que muitas vezes não têm o serviço 3G ou 4G, mas terá um serviço mobile gratuito de qualidade, com uma rede veloz e segura e maior interatividade com o Poder Municipal. Ressaltou que isso também é inclusão digital. Em seguida, o representante da SEMGE citou as Plataformas que a Prefeitura já utiliza, como Fala Salvador; Noa Cidadão, na área de trânsito; Centro de Controle Operacional (CCO), na área de mobilidade; Simplifica e Ouvindo Nosso Bairro. Ivam Almeida salientou que hoje em dia existe uma preocupação mundial com a segurança de dados e perguntou se com a coleta de dados do cidadão existe alguma política que garanta a segurança desses dados. Walter Pinto respondeu que a Prefeitura tem a COGEL, que é uma empresa pública e entre suas funções está a de institucionalizar a política de segurança de dados e que qualquer sistema ou aplicativo da Prefeitura estão ancorados nesse órgão, que é um ambiente seguro. No entanto, lembrou que o ambiente virtual dos Estados Unidos havia sido invadido e ressaltou que toda vez que se fala em conectividade há uma possibilidade de invasão e é necessário que a gestão esteja atenta e se antecedendo a isso. Informou que não era da área de Tecnologia, mas de Gestão, mas disse que sabia que hoje a Prefeitura utiliza diversos mecanismos para barrar as invasões de possíveis crackers que tentam roubar alguns dados, sendo que a COGEL trata do assunto com muita eficiência, cuidado e transparência. Informou que todos os novos projetos e aplicativos, funcionalidades e plataformas estão abrigados em servidores da própria COGEL, portanto ele considerava ser um ambiente seguro. Citou que a SEFAZ tem uma política de segurança de dados, sendo que até aquele momento nunca houve invasão ou perda dos dados. Ressaltou que se tinha que incentivar a população a acessar os serviços e compartilhá-los. Lembrou que

muita gente ainda tem resistência em fornecer o CPF nos caixas de determinados estabelecimentos comerciais, talvez por receio, não sabendo que há dois grandes programas, um da Prefeitura de Salvador e outro do Governo do Estado, que são importantes e trazem benefícios para os próprios contribuintes. Destacou a importância de se desmitificar por meio de um processo de comunicação, socializar que a utilização de dados é interna, a equipe não vê os dados. Disse ainda que com empresas privadas, quando se faz algum tipo de cadastro coloca-se “Aceito”, “Concordo” com a cessão de dados. No entanto, no Poder Público é diferente, não pode vender dados e acrescentou que acima da Prefeitura existe um Marco Regulatório de Dados do Governo Federal que a gestão da Prefeitura segue à risca, sendo que ele foi recentemente revisitado para contemplar novos aspectos. Leonardo Vicente elogiou a apresentação de Walter Pinto e destacou a importância e a necessidade que irão ajudar os próprios cidadãos, a exemplo da Nota Salvador, em que o cidadão deve se cadastrar na página e ao tomar os serviços deve pedir a nota fiscal, sendo que o ISS pode ser revertido para a própria pessoa, além dos sorteios mensais de cinco, dez, vinte mil reais. Relatou que ele consegue reverter pelo menos mil reais por ano por meio do programa. Citou serviços, como cabelereiro, academia, escola do filho, várias coisas do cotidiano que são contemplados. Disse que há um sigilo fiscal e não há riscos e considerou que o programa do Governo do Estado também é muito interessante, em que os cadastros contribuem com instituições de caridade, ou seja, quando o cidadão se cadastra, além de ter benefícios, contribui com a própria sociedade. Relatou ainda que a SEFAZ tem um sistema de gestão de processos, no entanto não está integrado com o sistema de outros órgãos da Prefeitura. Em seguida, Walter Pinto discorreu sobre o determinante Ambiente de Negócios e disse que listou diversos projetos que têm sobretudo uma captação de recursos com agências de fomento internacional, são eles o Prodetur, que tem diversas iniciativas ligadas ao turismo e desenvolvimento de Salvador, que conta com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); o Mané Dendê, que visa a requalificação da Bacia Hidrográfica do Mané Dendê, localizada no Subúrbio Ferroviário, e com diversas iniciativas aderentes à requalificação. Sobre isso Paulo Hermida complementou informando que o projeto afeta o Parque São Bartolomeu porque a ideia é fazer uma melhoria na qualidade ambiental do Parque São Bartolomeu e Bacia do Cobre e disse que o Prodetur tem impactos importantes na área da Cultura, visto que o turismo envolve aspectos culturais e é um processo muito interessante. Walter Pinto disse que por conta da Lei de Acesso à Informação e do processo de transparência pública que a atual gestão tem priorizado, Os Conselheiros poderiam encontrar tudo que ele estava falando nos diversos sites da Prefeitura, os projetos e seus detalhamentos. Portanto, se houvesse interesse por mais informações ou se os Conselheiros percebessem a necessidade de dialogar e obter informações específicas sobre determinados projetos, outras agendas poderiam ser pensadas no intuito de desdobrar ainda mais os projetos. O técnico da SEMGE citou ainda o projeto Salvador Social, gerido pela Casa Civil, financiado também pelo BID; O BRT, que tem financiamento da Caixa Econômica Federal e do Ministério das Cidades por meio do Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC); o Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT), que atende a SEFAZ, a SEMGE e a Procuradoria Geral do Município (PGMS), e o projeto Cidades Resilientes, financiado pela Fundação Rockefeller, que pensa no contexto de resiliência, com coordenação e acompanhamento da Secretaria Cidade Sustentável (SECIS). Já no determinante Cultura Empreendedora, Walter Pinto citou que a cidade conta com um parque tecnológico que, apesar de entender que ele é do Governo do Estado, mantém relação também com a Prefeitura de Salvador; além disso a cidade possui quatro incubadoras; conta com o índice de 0,4 empregos formais por habitantes, segundo dados do diagnóstico da Mackenzie de 2017 para o planejamento estratégico, e é a primeira colocada do Nordeste no quesito Empreendedorismo. O técnico da SEMGE disse que, paralelo a esse ambiente favorável, a cidade encontra algumas barreiras econômicas, como o menor PIB per capita entre as dez maiores capitais do país; a oitava maior taxa de desemprego entre as capitais do Brasil, atingindo a marca de 15,3% em 2017, e o terceiro maior índice de GINI, que mede a desigualdade social entre as capitais do Brasil. Walter Pinto perguntou o que se pode fazer diante desse cenário de desigualdade social e argumentou que Cultura é um vetor de transformação social, um componente que contribui essencialmente com a Educação, com a formação cidadã dos indivíduos, é algo que tem que ser levado a sério. Ressaltou que é responsabilidade do CMPC e do futuro Plano contribuir com a redução da desigualdade social. Depois, apontou o Portal Simplifica, que faz parte do programa Salvador 360º, e conta com cem por cento dos serviços prestados pela SEDUR disponíveis na internet; a criação do espaço Simplifica Empreendedor; o Cadastro Central Único (Cidadão e Empresa) e destacou que se trata de um ambiente favorável para contribuir com a resolução ou minimamente mitigar os problemas críticos de desigualdade social e problemas econômicos da cidade de Salvador. Disse ainda que o programa Salvador 360º que mais à frente será apresentado ao Conselho pela SEDUR apresenta diversas iniciativas que contribuem para a redução da desigualdade, mas o CMPC também tem essa responsabilidade, bem como as outras secretarias municipais. Depois o representante da SEMGE apresentou o determinante Mercado e mostrou um mapa mostrando a concentração de estabelecimentos em uma pequena área de Salvador, o que possivelmente reflete na Cultura. Lembrou do mapeamento feito pela FGM e pela SECULT, que foi utilizado no processo de construção do PMC, e destacou a importância de perceber a concentração de equipamentos públicos de Cultura na Orla Atlântica e no Centro, bem como da necessidade de encontrar alternativas para descentralizá-los e levá-los a outras áreas de Salvador. Em seguida, Walter Pinto tratou sobre o determinante Capital Humano e informou que Salvador alcançou a meta 2021 estabelecida pelo Ministério de Educação (MEC), localizando-se na décima sexta posição no ranking do Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB) em 2017. Além disso, informou que oitenta por cento das famílias em extrema pobreza em Salvador são atendidas pelo programa Bolsa Família, o que indica uma priorização adequada dos recursos, e discorreu sobre o programa Primeiros Passos que prevê auxílio financeiro para famílias mais carentes que esperam uma vaga na educação infantil. No determinante Infraestrutura, o técnico da SEMGE

destacou a iluminação pública e a parceria público-privada que foi estabelecida, capitaneada pela Sedur, no sentido de pensar em um novo modelo de iluminação para a cidade, baseado da substituição de lâmpadas de vapor do sódio por LED, o que vai acarretar em economia para os cofres públicos, melhoria da iluminação e sinalização, aumento da segurança e preservação do meio ambiente. Além disso, o Conselheiro citou a construção do primeiro hospital municipal e o investimento na ampliação da cobertura da atenção básica da saúde. Apontou como desafios o fato de Salvador estar entre as quarenta cidades com maior nível de congestionamento do mundo, localizando-se na trigésima terceira posição. Disse que, para enfrentar isso, a cidade tem ampliado a oferta de transporte de alta capacidade, mas ainda há espaço para aumentar a participação de trem e metrô nos transportes. Informou ainda que Salvador recebeu cerca de 175km de ciclofaixas, ciclovias e ciclorrotas. Em relação à segurança, o técnico da SEMGE apontou que a capital baiana está localizada na vigésima quinta posição do ranking das cidades mais violentas do mundo e apontou o trabalho da Guarda Municipal com o objetivo de garantir a proteção de bens, serviços e instalações e contribuir com a prevenção à violência ao cidadão. O Presidente agradeceu a participação do Conselheiro Walter Pinto e finalizou a reunião. Sem mais da pauta a ser discutida na reunião, lavrou-se a presente Ata, que será assinada por mim e pelos demais membros presentes do Conselho Municipal de Política Cultural de Salvador, com mandato entre dezembro de 2017 e dezembro de 2019.

.

Salvador, 30 de outubro de 2018.

Isabela Fernanda Azevedo Silveira
Secretária

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____



CONSELHO
MUNICIPAL DE
POLÍTICA
CULTURAL
DE SALVADOR



10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____
31. _____
32. _____
33. _____
34. _____
35. _____
36. _____
37. _____
38. _____
39. _____
40. _____